

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

www.sintufrj.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

FASUBRA CUT

ASSEMBLÉIA GERAL, nesta terça-feira, dia 7, às 10h, no Salão Azul da Reitoria

GOVERNO

proposta nesta terça-feira

Depois de mais uma semana frustrando a expectativa da categoria na mesa de negociação, o Ministério do Planejamento enviou à Fasubra documento no qual se compromete a apresentar uma proposta concreta na mesa de negociação. **PÁGINA 7**

Fotos: Niko Júnior

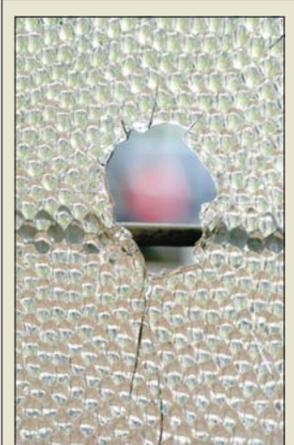


Clamor por saneamento

Esgoto a céu aberto nas ruas da Vila Residencial revolta moradores. Com o apoio do CLG, eles ocuparam a Reitoria para exigir providências. **PÁGINA 7**

Servidor não pode ser contratado pela CLT

O Supremo Tribunal Federal (STF) jogou por terra as intenções do governo Lula de acabar com a estabilidade do servidor público e de contratar pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em algumas áreas. **PÁGINA 5**



Iesc na mira do tiro

Paredes externas perfuradas por projéteis de arma de fogo já não são novidade no campus do Fundão, principalmente nas unidades mais próximas às comunidades e às vias expressas, onde ocorrem os confrontos entre traficantes e a polícia. Mas na madrugada de segunda-feira, 30 de julho, pela primeira vez uma "bala perdida" foi parar dentro de uma sala de trabalho. O Instituto de Estudos em Saúde Coletiva (Iesc), prédio vizinho à Prefeitura Universitária, foi a unidade "premiada".



Ministro recebe documento contra fundações estatais

PÁGINA 5

Ilustração: André Amaral



Depois do PAN

CEG

Informes dos representantes dos TAEs no CEG, Ana Maria Ribeiro e Sergio Guedes, do seminário sobre o REUNI, organizado pelo MEC

Nos dias 26 e 27 de julho foi realizado, em Brasília, o **1º Seminário Nacional do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. O Seminário foi convocado pela SESU/MEC voltado exclusivamente para as reitorias. O objetivo do seminário era esclarecer e apresentar as diretrizes e indicadores relativos ao REUNI, normatizando o Decreto nº 6096/2007 que institui o Programa. Pela UFRJ, além do reitor Aloísio Teixeira, estavam presentes o Pró-Reitor de Planejamento, Carlos Levi, de Graduação, Belkis Waldman, o Prefeito da Cidade Universitária, Helio de Mattos, e os membros da Comissão da UFRJ, professor Adalberto Vieyra e a técnica-administrativa Ana Maria Ribeiro.

Alguns destaques importantes:

A posição do MEC de não aceitar incluir a Educação no PL 92/2007, entre as áreas que poderão ser transformadas em fundação

estatal, o que nos traz a reflexão se a introdução dos HUs no PL foi, ou não, uma ação (pressão) de setores da ABRAHUE;

A apresentação da proposta pela Andifes de um Plano Nacional de Assistência Estudantil aprovada no último Fórum de Pró-Reitores de Assistência Estudantil, a exemplo do Plano Nacional de Graduação (PNG) aprovado em 2004;

A confirmação explícita de que o Decreto nº 6096/2007 – REUNI foi elaborado, discutido e construído pela Andifes assumindo publicamente a sua responsabilidade e autoria, recuperando o PNG;

A informação do presidente da CAPES da proposta – que deve ser encaminhada através de projeto de lei, de incentivos fiscais às empresas (a exemplo da Lei Rouanet, na Cultura) que apoiem projetos de pesquisa.

Com relação ao REUNI, foi informado:

1 As **linhas de atuação** são: expansão; expansão com qualida-

de; promover a inclusão social e visão de territorialidade (atenção às desigualdades regionais, pensar na interiorização do país).

2 A adesão ao REUNI é voluntária e não há modelo definido, ou seja, cada universidade define seu modelo, inclusive se quer manter como está. Não haverá disputa entre as universidades pelo orçamento...

3 O plano de cada universidade deve atender as dimensões presentes no decreto, não necessariamente todos – ampliação de ofertas de vagas (priorizando noturno), reestruturação acadêmica curricular; renovação pedagógica; mobilidade estudantil, compromisso social e suporte da pós-graduação (que não ficou claro como se insere nisso).

4 As metas do REUNI estão sendo muito questionadas: 18 alunos de graduação para cada docente e taxa de 90% de conclusão em cinco anos. A relação de 1 p/18 ficou bem simples com a fórmula de cálculo apresentada, onde haverá um redutor (relacionado à pós de cada universidade) com isso a

UFRJ, por exemplo, já está com 1 p/14. Por este cálculo, já há várias universidades que atingiram esta relação, 1 p/18. A taxa de conclusão foi mais complicada e foram feitas várias propostas de análise dos cálculos, mas de toda forma a projeção de cada universidade com aumento de 20% das vagas aponta para alcançar uma meta possível.

5 A apresentação das propostas deverá ocorrer até o fim de setembro.

Reunião dos TAEs das secretarias acadêmicas

A representação dos técnico-administrativos no CEG estará convocando os técnico-administrativos em atividade em secretarias acadêmicas, através da secretaria do CEG, para colaborar no debate sobre as alterações nas normas acadêmicas, subsidiando a intervenção da bancada.

Comissão vai sistematizar propostas

O CEG instituiu, no dia 11 de julho, uma comissão de sistematização para discutir e apresentar propos-

tas referentes ao Programa de Ocupação das Vagas Ociosas e Remanescentes (POVOAR), e discutir e apresentar propostas referentes às recomendações apontadas no Relatório REUNI, composto pelos conselheiros: Ana Maria Monteiro (CFCH), Ana Maria Ribeiro (TAE), Anita Sá Benevides (CLA), Maria José Coelho (CCS), José Manuel Seixas (CT), Maria Lucia Patitucci (CCMN), Celina Costa (CFCH/CAP) e Luanda Lima (Discente). A Comissão, sob a presidência da conselheira Ana Maria Ribeiro, realiza sua primeira reunião na quarta, às 14h.

Vagas docentes em discussão

Nesta quarta, 8, tem reunião dos dois colegiados acadêmicos CEG/CEPG, onde serão discutidas as diretrizes para distribuição das 50 vagas docentes recebidas pela UFRJ para acertar o Banco de Professor-Equivalente (PE). A partir de 2008, a UFRJ, assim como todas as IFES, poderão decidir como ocupar suas vagas do banco, substituindo os substitutos por efetivos. O prazo para pedido de professor substituto em caráter emergencial, ainda em 2007, foi prorrogado por mais uma semana.

A procura no SESC

Foto: Niko Júnior

A peça *A procura*, de autoria do técnico-administrativo da UFRJ Carlos Alberto e de Neusa Barros, é a grande atração do dia dos pais no Sesc Tijuca, domingo, 12. A apresentação é às 15h, no Pátio das Tamarineiras.

O espetáculo conta a história de um pai e um filho nordestinos que deixam o sertão e vão à procura da esposa e mãe que migrou para a cidade grande. O longo percurso da caatinga até o sul é acompanhado por ritmos e danças do folclore nordestino, como o maracatu, caboclinho e xaxado. Elenco: Carlos Alberto e José de Ribamar.



Centro Cultural Horácio Macedo

Uma extensa e diversificada programação marca, a partir desta segunda-feira, o 1º aniversário do Centro Cultural Horácio Macedo. Vale a pena conferir. Entre as principais atrações, os destaques são: dia 15, Yamandu, um dos maiores fenômenos da música brasileira de todos os tempos; dia 23, Martinália; dia 24, Dado Villa-Lobos, ex-integrante da banda Legião Urbana. Às 14h30, no auditório Roxinho.

No dia 21, tem a Prata da Casa, às 12h, no Roxinho. O grupo artístico Fação do Frevo apresenta o espetáculo teatral *Cemitério dos vivos – o diário de um homicídio*. Texto de Lima Barreto e direção de Léo Torres.

Posse na Coppe

Nesta segunda-feira, 6, o reitor Aloísio Teixeira dá posse aos novos diretor e vice-diretor da Coppe, professores Luiz Pinguelli Rosa e Aquilino Senra Martinez, respectivamente. Às 11h, no auditório do bloco G, sala 122.

Acesso à permanência no ensino superior

“As ações afirmativas e o desafio da democratização do acesso e da permanência no ensino superior” é o tema do seminário que a Pró-Reitoria de Extensão e o Projeto Conexões de Saberes realiza nos dias 20 e 21 de agosto, das 9h às 18h, no auditório Pedro Calmon, na Praia Vermelha.

Trabalhadores do sistema aéreo lançam manifesto exigindo mudanças

O agravamento da crise aérea e a crescente atribuição aos trabalhadores pela responsabilidade dos acidentes levaram a uma reação e ao início de um movimento nacional. Eles lançaram um manifesto exigindo do governo segurança e equipamentos, contratação de controladores de voo e funcionários, como também segurança jurídica para que

os pilotos possam, sem se preocupar com a ameaça de demissão, adotar as medidas que se façam necessárias para garantir a segurança dos vãos. As últimas especulações sobre o acidente do Airbus A-320 da TAM que vitimou cerca de 200 pessoas agora vêm apontando falha humana.

Os trabalhadores estão construindo um movimento com o

objetivo de congregar o conjunto de entidades de representação coletiva do país para mobilizar a sociedade civil organizada com o objetivo de recuperar o sistema de transporte aéreo nacional. “É a forma de não permitir que as injustificáveis mortes de nossos cidadãos e o sofrimento de famílias não tenham sido em vão”, diz o manifesto.



Foto: Internet

VEJA NESTA EDIÇÃO

Calendário de luta de centrais sindicais para o 2º semestre – página 4
Ministro da Saúde recebe documento contra fundações estatais – página 5
Violência de milícia da prefeitura de Cesar Maia contra pobres – página 8

Governo assume, no papel, compromisso de apresentar proposta nesta terça-feira

Foto: Niko Júnior

O caldo ameaçou desandar. Na reunião de quarta-feira, dia 1º – aquela em que o governo ia enfim dar parâmetros reais para a simulação da tabela... Que nada! –, os técnicos do MPOG ficaram mais uma vez no jogo de empurra porque não tinham autorização para negociação.

Na quinta-feira, a Fasubra deu um chega pra lá: “Se for pra ficar assim, pra quê reunião?” De uma forma ou de outra, a pressão do Comando no Parlamento e na Andifes deu resultado. O MPOG mandou documento oficializando compromisso de apresentar proposta terça-feira, dia 7.

“A reunião terminou não encaminhando nada. Era para ser uma reunião técnica. Mas os técnicos não tinham elementos para apresentar. No dia seguinte, os nossos técnicos colocaram que não dava para continuar a reunião sem elementos concretos”, disse Graça Freire, coordenadora de Comunicação da Fasubra, explicando que o comando disse que não aceitaria esta situação e que o MPOG deveria apresentar proposta concreta.

Representantes do ministério solicitaram adiamento da reunião do dia 2 porque, segundo informaram, trabalhavam internamente para apresentação de proposta na terça-feira, dia 7, como relatou a coordenadora.

Matriz única seria mantida

O MPOG mandou documento oficializando o compromisso de apresentar proposta e ainda se compro-

meteu também com algumas posições. Por exemplo: de que não mexeria na estrutura da tabela, que respeitará a concepção da Fasubra e que está tentando conseguir o aporte necessário para cumprir as exigências. O MPOG disse ainda que vai trabalhar a interpolação das classes da tabela, com a manutenção de matriz única.

De acordo com a dirigente, o ministério está sentindo pressões das várias reuniões em que o Comando investiu, por exemplo no Parlamento ou na Andifes, de forma articulada. “Agora vamos ver se terça-feira tem mesmo negociação concreta”, disse Graça.

A também coordenadora da Fasubra, Vera Miranda, entende que tem sido um problema o governo não se pronunciar, mas que, se de fato apresentar proposta na semana que vem, começa a afunilar o processo: “Tenho dúvidas se vai apresentar mesmo, porque o governo também trabalha com o desgaste da greve. Mas quero ter a expectativa de que sim. Esse é o momento. A Fasubra fez todas as movimentações possíveis. Agora é hora de botar o dinheiro na mesa”.

Na visão de Vera, o governo só teria um motivo para adiar a reunião para a próxima semana, que é apontar o volume de recursos. “Ao fazer isso, governo terá que falar de impacto e a gente vai falar do que interessa de fato”, pondera a coordenadora.

O coordenador Luiz Antônio também mencionou a crítica da Fasubra de que os técnicos desqualificam a qualidade da mesa ao não apresentarem dados consistentes e que não era possível chegar a lugar algum assim.



TERÇA, 31 DE JULHO. Companheiros acompanham a assembléia no prédio da Reitoria

Indignação na assembléia

Nova assembléia às 10h desta terça-feira, 7 de agosto, no Salão Azul da Reitoria

Indignação. Este foi o clima da assembléia de terça-feira, 31, no hall da Reitoria, que reuniu cerca de 200 trabalhadores. Para a maioria da categoria, que desde 30 de maio sustenta uma greve, a tática do governo é continuar enrolando na mesa de negociação. A cada leitura de informes enviados pelo Comando Nacional de Greve (CNG) e a Fasubra, consolidada-se essa desconfiança. A assembléia, como se sabe, foi realizada antes da reunião de quarta-feira, quando mais uma vez nenhuma proposta

concreta foi apresentada.

Para o Comando Local de Greve (CLG), a categoria desmonta essa armadilha do governo acirrando a mobilização e concretizando ações de visibilidade do movimento e de pressão para que propostas sejam apresentadas. Além de aprovar esse encaminhamento, a assembléia deliberou que o CNG deve exigir que o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, assumira as negociações.

Separação de classes

De acordo com o informe do CNG lido na assembléia, o

secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que até agora tem sido o negociador oficial do governo com os trabalhadores, sempre tentou mudar a lógica do que os representantes da categoria se propõem a negociar. Ou seja: ele insiste na quebra da estrutura da tabela, com a separação das classes para possibilitar a aplicação de reajustes diferenciados ou a aplicação de reajustes que beneficiem uma classe em detrimento das outras.

Saúde suplementar: dúvidas

Com o intuito de tornar mais abrangente para a categoria a saúde suplementar (leia-se plano de saúde), o Comando Local de Greve (CLG) solicitou à Pró-Reitoria de Pessoal que esclareça as dúvidas encontradas pelo GT-Saúde do SINTUFRJ na Portaria nº 1.983/2006, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que orienta as universidades na implantação do benefício.

“Nosso objetivo é, junto com a Reitoria, achar solução para as limitações impostas pela portaria, já que todas as decisões sobre a saúde suplementar estão a cargo do rei-

tor. Nós identificamos os problemas, formulamos as perguntas e as enviamos para a Pró-Reitoria de Pessoal responder”, explicou a coordenadora de Políticas Sociais do SINTUFRJ, Noemi Andrade.

Limitações

De acordo com o CLG, que na semana passada, com integrantes do GT-Saúde do SINTUFRJ, realizou uma oficina sobre saúde suplementar, a portaria é excludente, principalmente no diz respeito à margem consignável. “A portaria determina que somente 30% do salário da categoria pode ser consignado em folha. Mas como sabemos que

a maioria encontra-se endividada, essa margem já foi utilizada para outros descontos e vai faltar para a complementação do benefício”, calcula Francisco de Assis.

O CLG quer que a saúde suplementar alcance todos os trabalhadores, como o auxílio-creche, alimentação, transporte etc.

Dúvidas

Estas foram as oito perguntas que o CLG enviou na sexta-feira, 3, à Pró-Reitoria de Pessoal:

- Por que este auxílio não atende a todos da categoria, como os outros benefícios?

- Existe a possibilidade de incluir duas das cinco modalidades utilizando-se da autonomia universitária?

- Quem não tiver margem consignável ou não optar pelo oferecido não terá direito ao benefício?

- Qual a situação de pai e mãe (padrasto e madrasta) considerados dependentes financeiros para concessão do benefício, já que a UFRJ não oferece nenhum atendimento de saúde próprio?

- Se não for caracterizado como benefício que se estenda a to-

dos da categoria e não apenas aos que podem complementar financeiramente o plano, para onde serão direcionados os recursos do benefício?

- Qual o total do quadro de servidores da UFRJ com margem consignável para ter direito ao benefício da saúde suplementar?

- A UFRJ está preparada para receber os recursos da saúde suplementar a partir de novembro deste ano?

- A UFRJ elaborou dotação orçamentária para o ano de 2008 prevendo toda a categoria?

MOVIMENTO

CUT mobiliza sindicatos contra perseguição no interior do Estado

O prefeito de Santo Antônio de Pádua, Luis Fernando Padilha Leite, do PMDB, está na mira da CUT-RJ, por não reconhecer a legalidade e a legitimidade do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais. O último contra-ataque de Leite à organização dos trabalhadores foi demitir o presidente da entida-

de, condicionando sua reintegração à renúncia ao mandato sindical

Como resposta contundente ao prefeito, a direção da CUT estadual organizou um ato político na cidade para esta quinta-feira, 9, com a participação de 15 sindicatos de categorias. Vários sindicatos do município do Rio de Janeiro também já confirmaram presença. Todos os trabalhadores estão convida-

dos a fortalecer essa corrente em defesa do movimento sindical.

Ponto de encontro

A caravana cutista em direção a Santo Antônio de Pádua sai do Rio de Janeiro na quinta-feira, às 9h. O ponto de encontro é na Rua Marechal Floriano, em frente ao prédio da Capemi (entre as Ruas Uruguaiana e Miguel Couto). Infelizmente a Central não tem condições de alugar ônibus, mas pro-

vavelmente há vagas nos carros das entidades sindicais.

Mobilização

Segundo a presidente da CUT-RJ, Neuza Luzia, todas as tentativas de negociação com o prefeito, que nunca fez o repasse da contribuição sindical para a entidade, foram frustradas. Mas o pior constatado pela dirigente é que fatos semelhantes ocorrem em outros municípios no interior do Estado

do Rio de Janeiro. “Entendemos que o ataque desferido contra aqueles trabalhadores não é isolado e nem pontual. Começam a proliferar nessas regiões todo tipo de tentativas de intimidação a qualquer forma de organização da classe trabalhadora. Por isso precisamos agir rápido e em conjunto. A CUT conta com a solidariedade dos sindicatos e dos trabalhadores para combater essas práticas”, disse Neuza.

Marcha a Brasília

Na quarta-feira, 15 de agosto, a Central Única dos Trabalhadores e sindicatos de todo o país estarão nas ruas de Brasília para garantir os direitos e as conquistas dos trabalhadores. O objetivo é reunir as categorias dos setores público e privado para protestar em massa contra a Emenda 3; o PLP 01; o anteprojeto que limita a greve no serviço público; o PL das fundações estatais de direito privado e a retirada de qualquer direito, entre outras reivindicações. A CUT do Rio fará uma plenária no dia 6 de agosto, segunda-feira, às 18h, em sua sede, para organizar a carava-

na dos trabalhadores do Rio que irão a Brasília.

Após sucessivas manifestações e paralisações, a CUT e seus trabalhadores pressionam para impedir a derrubada do veto do presidente Lula à Emenda 3, e enterrar esta tentativa de golpe contra o 13 salário, férias remuneradas, FGTS, vale-transporte, vale-refeição, licença-maternidade e paternidade, assistência médica e aposentadoria. Além das bandeiras do serviço público, a CUT vem reivindicando mudanças na política econômica, com redução de juros e redução do superávit primário, para

que os recursos deixem de ser drenados para a especulação e passem a servir ao desenvolvimento do país com distribuição de renda, valorização do trabalho e do meio ambiente.

A luta do serviço público

Algumas questões fundamentais para os trabalhadores do serviço público estão na pauta de reivindicações, tais como: retirada imediata do Projeto de Lei Complementar (PLP 01) que limita a folha de pagamento e impede novas contratações no serviço público; contra o projeto de fundações

estatais de direito privado; defesa do direito de greve e garantia da negociação coletiva. A valorização do serviço público e de seus trabalhadores tem sido sistematicamente defendida pela Central perante o governo Lula.

CONFIRA OS EIXOS DA MARCHA

- Manutenção do veto do presidente Lula à Emenda 3
- Redução dos juros e do superávit primário
- Retirada imediata do PLP 01
- Direito irrestrito de greve
- Garantia da negociação cole-

tiva no serviço público e respeito total à organização dos trabalhadores

- Previdência pública universal com ampliação de direitos
- Fim do fator previdenciário
- Contra o PL das fundações estatais de direito privado
- Valorização da educação pública
- Reforma agrária e incentivos à agricultura familiar
- Redução da jornada de trabalho
- Aumento real de trabalho
- Recuperação das perdas das aposentadorias

Seminário Nacional sobre Previdência

A Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) convida todos os trabalhadores para o “Seminário Nacional sobre a Previdência Pública”, nesta terça-feira, 7 de agosto, a partir das 9h, no auditório Petrônio Portela, Congresso Nacional, para discutir propostas alternativas de defesa da Previdência e da seguridade social.

A Conlutas quer discutir a realização de um plebiscito na Semana da Pátria para que a população possa se pronunciar se aceita ou não as mudanças na previdência pública propostas pelo governo, como também quer debater a realização de uma grande marcha a Brasília em outubro.

Segundo a coordenação, o governo Lula — através do Fórum Na-

cional da Previdência Social, que reúne grandes empresários e dirigentes da base de apoio do governo — apresentará novas propostas de mudança da legislação previdenciária que abrem caminho para a privatização da previdência pública e abrem espaço de atuação dos fundos de pensão privados e dos banqueiros.

“Trata-se de um engodo. Nesse Fórum estão reunidos aqueles que apoiaram a primeira reforma da Previdência do governo Lula, em 2003. Com essa reforma, os servidores públicos perderam conquistas históricas, como a integralidade e a paridade de seus benefícios de aposentadoria com os salários da ativa. Foram instituídos o teto para o pagamento das aposentadorias, a taxação dos inativos e a re-

20% das verbas da seguridade é desviada para o pagamento de juros da dívida externa e interna aos banqueiros. A crise na Previdência é uma farsa inventada pelo governo para retirar dinheiro

dução dos valores das pensões”, revela a Conlutas em texto oficial de convocação do seminário.

A Coordenação afirma que o governo mente ao alardear um déficit inexistente nas contas da Previdência e da seguridade. Além disso, realiza uma campanha para convencer o povo brasileiro de que diminuindo os atuais direitos previdenciários (aposentadorias, pensões, auxílios e outros) a previdência será preservada e todos estarão protegidos no futuro. Mas “ao mesmo tempo desvia mais de 20% das verbas da seguridade para o pagamento de juros e do principal das dívidas interna e externa aos banqueiros, através da DRU — Desvinculação de Receitas da União”, denuncia.

AS MUDANÇAS PRETENDIDAS PELO GOVERNO

■ Estabelecer a idade mínima de aposentadoria para 65 anos e um tempo mínimo de contribuição de 40 anos.

■ Acabar com a diferenciação de tempo entre homens e mulheres e com os tempos especiais dos professores e trabalhadores rurais.

■ Diminuir os valores das pensões e desvincular o valor do piso previdenciário do salário mínimo.

■ Aumentar para 70 anos a idade para pagamento do benefício assistencial das pessoas necessitadas.

MOVIMENTO

Na UFRJ, ministro da Saúde recebe documento contra fundações estatais

Foto: Niko Júnior



MINISTRO NO FUNDÃO. Temporão foi surpreendido pelo ato organizado pelo Comando Local de Greve para "recepcioná-lo."

O Comando Local de Greve (CLG) entregou ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, uma carta-manifesto em que protesta contra a criação das fundações estatais. O ministro é um ardoroso defensor da proposta, urdida pelo Ministério do Planejamento como novo modelo de gestão.

O texto detalha argumentos contra o projeto de lei que institui as Fundações Estatais de Direito Privado – PLP 92/2007. Na carta, o CLG diz que “serviços públicos de saúde e educação não são, para nós, mercadorias que estão em disputa no ‘mercado’ e,

portanto, somos contrários a estruturas que queiram assemelhar estas instituições às existentes no ‘mercado’”. A carta pede que o projeto seja retirado da pauta do Congresso Nacional. O ministro da Saúde esteve na sexta-feira na UFRJ para dar uma palestra sobre “Saúde, Desenvolvimento e Cultura”, no auditório do bloco F do Centro de Ciências da Saúde.

A diretora Ana Maria Ribeiro argumentou sobre o risco que a fundação estatal significa para os hospitais universitários, os funcionários e toda a população que depende dos serviços. Segundo ela, o projeto, se implementado, representará uma perda do direito de expressão, pois os servidores serão regidos pela CLT e, portanto, passíveis de demissão. “Nós já não te-

mos liberdade para falar o que queremos; instaurando-se a CLT, ficaremos submissos ao gestor. Além disso, na prática, o projeto significa uma apropriação de um bem público pelo capital”, disse Ana Maria ao ministro.

Posição do governo é inflexível

José Gomes Temporão informou que o projeto ainda está aberto para aperfeiçoamentos, mas que a posição do governo federal é a de que o atual modelo de gestão está falido. “O modelo em vigor hoje é insustentável. O projeto não traz nada contra o modelo do SUS. Não haverá perdas para a população nem para os funcionários. Ao contrário, é uma maneira de melhorar os serviços e o atendimento”,

alegou o ministro. Ele informou, também, que o projeto prevê concursos públicos para a contratação de funcionários.

O ministro informou que haverá debates com a sociedade e os posicionamentos a favor e contra o projeto serão expostos de forma clara. “Depois que os questionamentos começarem a ser respondidos tenho certeza de que todos concordarão que esta é a melhor solução”, opinou o ministro. Ele, no entanto, não soube responder de que forma poderá ser aumentada a capacidade de atendimento à população, no caso das fundações estatais serem implementadas. “Estes estudos ainda estão sendo feitos com muita cautela, portanto, vai levar um certo tempo para avaliar esse tipo de coisa”, disse.

STF derruba contratação de servidor pela CLT

O Supremo Tribunal Federal (STF) jogou por terra as intenções do governo Lula de acabar com a estabilidade do servidor público e a contratação pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em algumas áreas. Por maioria, os ministros concederam liminar que restabelece o Regime Jurídico Único (RJU) na administração pública direta, autarquias e fundações. Isso significa dizer que o Projeto de Fundações Estatais de Direito Privado, que está com Congresso Nacional e institucionaliza a contratação dos servidores públicos pela CLT, não segue adiante.

O julgamento, realizado dia 2 de agosto, foi motivado pela análise de Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) proposta em 2000 por PT, PDT, PCdoB e PSB, à época de oposição. Eles questionaram parte da reforma administrativa implantada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso em seu principal ponto: a Emenda Constitucional nº19/1998, que eliminava a exigência da contratação pelo RJU, abrindo brecha para o uso da CLT na administração direta, autarquias e fundações. Se o julgamento do mérito confirmar a decisão, o governo poderá ter que retirar o projeto das fundações do Congresso.

Segundo a presidente do STF, Ellen Gracie, a decisão que garante a contratação de servidores estatutários – assegurada a estabilidade – vale a partir de agora, sem efeitos retroativos. Assim, toda a legislação criada durante a vigência da emenda que permitia a CLT no funcionalismo federal continua valendo, assim como as situações consolidadas, até o julgamento do mérito.

URFJ nega fraude na folha de funcionários

O jornal *ODIA* em sua edição de 3 de agosto publicou matéria denunciando fraudes na folha de pagamento de servidores públicos ativos e aposentados, feitas através de

Tendo em vista matéria publicada na edição de 3 de agosto de 2007, do Jornal *O DIA*, com o título **Fraudes invadem folha de servidor**, a Reitoria da UFRJ torna públicos os esclarecimentos seguintes:

1) A UFRJ, até a presente data, não recebeu qualquer notificação do Tribunal de Contas da União sobre possíveis irregularidades no desconto de empréstimos nos contrache-

quadrilhas, principalmente nos empréstimos consignados. A notícia tem como base o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) que foi entregue ao Ministério Pú-

ques de nossos servidores;

2) A UFRJ não executa desconto de empréstimos de empresas consignatárias nos contracheques dos servidores;

3) Os descontos em folha são comandados diretamente pela empresa consignatária e lançados pelo SERPRO, em rubrica do contracheque, sem participação da UFRJ;

4) A autorização para uso

blico Federal relatando falsificações, desvio de dinheiro e descontos ilegais nos contracheques dos trabalhadores. As universidades federais UFRJ e UFF foram citadas na maté-

ria da rubrica e lançamento de descontos é uma concessão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a empresa consignatária, sem participação da UFRJ;

5) A UFRJ dispõe, ainda, de uma Seção de Benefícios, subordinada à Pró-Reitoria de Pessoal, que é o órgão competente para receber reclamações, denúncias e outras informações sobre empréstimos nos contracheques dos servi-

dores e das respectivas consignatárias;

6) Por fim, a UFRJ, de posse das informações e denúncias, tomará imediatamente todas as providências necessárias para a pronta apuração das irregularidades.

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 2007

Universidade Federal do Rio de Janeiro

MANDATO RENOVADO

Reitor toma posse citando Carlos Drummond

Aloísio Teixeira é empossado para novo mandato anunciando projetos ambiciosos para a universidade

“Apresento-me diante de vocês com a consciência de minhas limitações e dos obstáculos que teremos pela frente. Tenho apenas duas mãos e o sentimento do mundo”, disse Carlos Drummond de Andrade no livro *A rosa do Povo*. E a vontade de transformá-lo, gostaria de acrescentar”, disse Aloísio Teixeira, ao fim de seu discurso na sessão solene do Conselho Universitário, dia 31. A cerimônia marcou a passagem do primeiro para o segundo mandato dele e da vice-reitora Sylvia Vargas.

Um balanço dos compromissos assumidos marcou a fala do reitor, que fez críticas à política econômica do governo, mas também elogios: “Seria um erro não reconhecer o muito que avançamos nesses quatro anos, no campo da educação superior. As universidades públicas – em especial as

federais – tiveram seus orçamentos parcialmente recuperados, a interlocução das IFES com o Ministério da Educação foi a melhor em décadas”. No plano interno, Aloísio Teixeira disse que a UFRJ está pacificada, mesmo convivendo com divergências, mas em ambiente favorável ao crescimento das atividades

Segundo Aloísio Teixeira, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas (Reuni) que a Reitoria prometeu divulgar nos próximos dias “será um projeto do e para o Rio de Janeiro, capaz de articular em seu apoio todas as forças vivas da Cidade e do Estado”.

A vice-reitora Sylvia Vargas destacou a relação democrática que a gestão construiu com os colegiados e órgãos representativos dos segmentos da universidade e sustentou que o esforço e o calor humano são indispensáveis, que a universidade não será lugar para negativistas ou desiludidos, e que seu progresso será fonte de transformação da sociedade.

CERIMÔNIA CONCORRIDA

Aberta com a execução do Hino Nacional pela Orquestra da Escola de Música da UFRJ, a solenidade foi prestigiada pelos ex-reitores Alexandre Cardoso, Paulo Alcântara, Sérgio Fracalanza e Nelson Maculan, secretário de Estado de Educação. Anita Macedo representou Horácio Macedo e cerca de 800 pessoas: ex-pró-reitores, decanos, diretores de unidades, conselheiros, professores, estudantes e técnicos-administrativos.

As novas pró-reitoras, Belkis Waldman, de Graduação, e Ângela Uller, de Pós-Graduação, compunham a mesa com os demais membros da equipe.

O reitor destacou a presença da mãe, Iracema Teixeira. E lembrou de ex-membros da equipe, como os professores Joel Teodósio, Marco Antônio França, José Roberto Meyer, José Luiz Monteiro e Carlos Tanus.

O conselheiro docente mais antigo, Antônio Infantsi, resgatou a trajetória de Aloísio e Sylvia, ambos “com compromisso maior com a UFRJ.”

Fotos: Niko Júnior



PARCERIA. Sylvia Vargas e Aloísio Teixeira reempossados para um segundo mandato na quinta-feira. A solenidade foi uma das mais concorridas dos últimos anos na universidade



Todo mundo no Fundão

Aloísio Teixeira disse que a implantação do Reuni na UFRJ se completará com a reunião de todas as unidades acadêmicas em um mesmo espaço geográfico. “A convivência é indispensável para aproximar pessoas, eliminar barreiras e derrubar muros, criando a matéria-prima indispensável a uma verdadeira cultura universitária”, disse, explicando que vai defender a retomada do projeto original de implantação da UFRJ na Cidade Universitária.

Para Teixeira, o término das obras da Cidade Universitária permitirá constituir o espaço adequado para a transformação da UFRJ em “uma universidade aberta, democrática, de qualidade e acessível a todas as camadas da população”.

Também afirmou que “a realização de um conjunto de investimentos da proporção do que temos em mente terá efeitos positivos sobre o emprego e a renda na região; o aumento do fluxo de estudantes, servidores técnico-administrativos e professores elevará o papel da Ilha na integração entre várias áreas da cidade; a proximidade com a Baixada Fluminense – área das mais densamente povoadas do país e que não possui nenhuma universidade pública – nos permitirá suprir essa carência, ampliando os vetores de integração e contribuindo para diluir as fronteiras da ‘cidade partida’”.

Crítica à política econômica

A política econômica, na visão do reitor, não trilhou caminhos que pudessem garantir uma retomada firme do crescimento com distribuição de renda. Em breve análise, registrou:

“O discurso oficial vem repetindo a falsa idéia de que não existem alternativas ao modelo atual e que a manutenção de elevados patamares de superávit fiscal é a única forma de se manter sob controle a inflação.

Nem uma coisa nem outra: o controle da inflação, ao contrário do que se apregoa, não é consequência do superávit primário, mas da combinação do câmbio e dos juros; e existem outras formas de controle da inflação, menos penosas para os trabalhadores e para o povo brasileiro.

As políticas de câmbio e juros continuam inibindo o investimento produtivo e impedindo que qualquer projeto de desenvolvimento possa ter sustentação a médio e longo prazo e exigem, além disso, a rolagem das dívidas em patamares que impedem a expansão do gasto público e resultam na impotência quase absoluta do aparelho do Estado para prover com um mínimo de eficiência os serviços públicos básicos sob sua responsabilidade, tanto na área social como na infra-estrutura econômica.”

SINTUFRJ: autonomia e independência

Em nome do SINTUFRJ, o coordenador-geral do Sindicato, Márcio Araújo, saudou o início do segundo mandato de Teixeira como coroamento da vontade da comunidade universitária. Mas disse que a representação dos servidores vai continuar perseguindo que a administração abrace a luta pela autonomia universitária garantida na Constituição. O coordenador reafirmou a linha de independência da entidade na cobrança da Reitoria para que “a universidade se abra mais para toda a sociedade”. Representante da Adufrj, José Simões acha que a UFRJ deve investir no rumo da instituição pública.

CIDADE

Vila Residencial exige saneamento à UFRJ

A água, misturada com esgoto, atinge os quintais, favorecendo a disseminação de doenças e afetando a estrutura das construções. O Comando Local de Greve apóia o movimento

Com crianças de colo, expressões fechadas e a esperança se esvaindo depois de anos sem uma resposta para a situação de precariedade do local, moradores da Vila Residencial foram mais uma vez à Reitoria, na manhã de sexta-feira, dia 3

Acompanhados de dirigentes da associação de moradores, moradores da Vila foram à Reitoria desta vez para cobrar solução para a inundação do canal que passa atrás da Rua das Papoulas, logo na entrada da Vila, que atinge cerca de 14 casas.

O grupo foi recebido pelo reitor Aloísio Teixeira, que estava acompanhado do prefeito Hélio de Mattos e assessores. A reunião resultou em compromisso assumido pela direção da UFRJ de iniciativas que indicam a solução para os problemas.

Marcelo Cantizano, representante da associação, explicou que o problema começou com o aterro para instalação do Parque Tecnológico, que subiu em quatro metros o nível do terreno na divisa com a Vila, onde corria livre um canal. Trouxe problemas imediatos, que foram contornados com o tempo. Depois a empresa Superpesa aterrou o canal, que, agora, passou a transbordar.

UM CASO DE HEPATITE
A água misturada com esgoto atinge os quintais, favorecendo a disseminação de doenças e afetando a estrutura das construções. Já há um morador, servidor da Coppe, com hepatite. Crianças e idosos têm problemas dermatológicos. São 14 famílias expostas a tudo isso.

Aproveitando a oportunidade, Cantizano lembrou que é um absurdo a realização de obras para despoluição dos canais do Fundão e do Cunha sem que haja obras na

Vila, que tem duas mil famílias e lança esgoto *in natura* na baía. Aloísio Teixeira disse que a realocação das famílias afetadas é questão de urgência e que o diretor do Parque Tecnológico, Maurício Guedes, buscou contato com a Petrobras para pedir recursos. Disse que o Conselho Universitário aprovou na semana anterior a integração da UFRJ ao programa de despoluição dos canais proposto pela Secretaria do Meio Ambiente, tendo como uma das exigências a

necessidade de saneamento e urbanização da Vila. Ele disse ainda que, em paralelo, há iniciativas junto ao Ministério das Cidades, em busca de regularização fundiária. E reconheceu que a situação é "dramática, horrorosa".
COBRANÇA DE CRONOGRAMA
Cantizano cobrou um cronograma para a solução e que a comunidade tivesse dois representantes na comissão que vai acompanhar o programa de despoluição

dos canais em torno do Fundão, com a concordância de Teixeira. O prefeito explicou que a empresa Superpesa se comprometeu a dragar o canal e que se a negociação com a Petrobras fosse bem sucedida, em dois dias poderiam ser erguidas casas novas para remoção. A associação de moradores tem um plano urbanístico que vai orientar a mudança. Na terça-feira, dia 7, haverá uma reunião com a Petrobras. Na quarta-feira, dia 8, os moradores se reúnem com o prefeito para avaliar o resultado, e na segunda-feira, dia 13, eles têm audiência com o reitor. O Comando Local de Greve anunciou que, se for necessário, liberam funcionários da DVST e da Prefeitura para vacinação ou obras emergenciais.



SEXTA, 3 DE AGOSTO. Reitor, na cabeceira da mesa, conversa com moradores da Vila

Regularização Fundiária

O Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) programou para esta quarta-feira, 8 de agosto, a palestra da secretária de Patrimônio da União, Alexandra Reschke, sobre o tema "A regularização fundiária de interesse social em terras da União". O IAB fica na Rua do Pinheiro nº 10, Rio de Janeiro.

Seleção de Futebol Feminino campeã do PAN visita a Vila

No dia da conquista do ouro pela Seleção Brasileira Feminina de Futebol, quem recebeu o presente foi a Vila Residencial. Às 22h, cinco jogadoras da seleção vieram fazer uma surpresa à comunidade, instalando-se na casa de Carla do Nascimento, treinadora do SINTUFRJ há 11 anos. Carla explica o contato: "Na fase de preparação, a Seleção Feminina faz amistosos com times masculinos. O time do sindicato já jogou quatro vezes com elas e ficamos todos amigos", disse. Koki, Grazi, Babi, Cris e Aline – a capitã do time – comemoraram a conquista com a Vila até meia-noite. "Os vizinhos invadiram a minha casa. Todo mundo queria tirar fotos com elas, que foram super simpáticas".

DEPOIS DO OURO...
Carla diz que não há incentivo ao futebol feminino. A maioria das nossas atletas de ouro voltarão, após o Campeonato Mundial do Japão, no mês que vem, para pequenos times, com estrutura muito inferior ao que seria necessário para desenvolver bons atletas. "Esperamos conseguir alguma coisa com o desempenho da Seleção Feminina no Pan", diz a treinadora. Segundo ela, o Rio de Janeiro é um dos piores estados brasileiros em termos de apoio ao esporte. "Aqui no Rio não há nenhum campeonato oficial. São Paulo possui as equipes mais estruturadas", comenta.

A TREINADORA
Carla do Nascimento é professora de futebol do SIN-

TUFRJ desde 1996, quando montou um time feminino. "Sou ligada em esportes desde pequenininha, quando fazia natação. De lá pra cá não parei. Já fiz diversas modalidades esportivas. Fui até da Seleção Ca-

rioca de Handebol", revelou. Ela também treina o futebol feminino de areia dos jogos regionais de São Paulo, representando Aparecida do Norte. A treinadora é uma descobridora de talentos. Diversos atletas

seus já foram encaminhados à CBF e a outras confederações e times de futebol. "Apesar de não termos incentivos ou patrocínios, o SINTUFRJ é o melhor time do Rio de Janeiro", disse orgulhosa.



MENINAS DE OURO. Na fila de cima, Aline (a capitã da equipe), Cristiane (atacante), Carla e Bárbara (goleira). Rani (time do SINTUFRJ), KOKI (volante) e Grazi (goleira)

Covardia de César Maia

Numa ação sigilosa, milícia da Prefeitura avança e destrói casas na comunidade do Canal do Anil

O prefeito César Maia voltou com carga total à remoção das comunidades pobres vizinhas à Vila Pan-Americana. Na semana passada, os moradores do Canal do Anil começaram a ser retirados de forma truculenta e arbitrária.

Numa ação organizada sigilosamente, pegando as famílias de surpresa, quatro casas foram integralmente demolidas e mais quatro foram demolidas parcialmente até com mobília e moradores dentro. Na quinta-feira, 2, houve protesto dos moradores e movimento sociais, resultando em mais confronto com a Guarda Municipal. As remoções estão sendo feitas sem acompanhamento da justiça, sem a existência de mandados judiciais e sem laudos técnicos da Defesa Civil. A Defensoria Pública do Estado entrou com uma ação cautelar para parar as remoções.

“É uma total irresponsabilidade da Prefeitura, que está colocando em risco a integridade física das pessoas. As demolições foram feitas com pessoas idosas, mu-



Fotos: Internet

PREFEITO DA ELITE. Ele serve aos interesses dos poderosos da Cidade do Rio de Janeiro

lheres e crianças no interior das casas. Foi uma crueldade e uma covardia completa, ainda mais coagindo as pessoas de forma maquiavélica. Demoliram algumas casas comprometendo intencionalmente as estruturas de outras, cujos proprietários negam ter negociado com a Prefeitura. O objetivo foi o de obrigá-los a ceder. O pior foi o des-

respeito da subprefeita de Jacarepaguá, Teresa Bergher, que ficou debochando do desespero dos moradores”, declarou o coordenador do SINTUFRJ e presidente do Sindicato dos Arquitetos, Jéferson Salazar, que presenciou a truculência no dia 1º.

A TÁTICA É DA COAÇÃO

A estratégia da Prefeitura é ata-

car casas que alega terem sido negociadas pelos proprietários, mas que são geminadas ou dividem laje com outras casas cujos proprietários não negociaram com a Prefeitura, não aceitaram os valores oferecidos ou são inquilinos. Na verdade, poucas casas foram negociadas. Além do mais, dos que não suportaram a pressão, poucos rece-

beram indenizações. Assim, a demolição de uma compromete a estrutura da outra, num efeito dominó. Moradores e militantes estão fazendo vigília para impedir a continuidade das remoções. A comunidade do Anil, em Jacarepaguá, tem 570 famílias e faz tempo que vem sendo ameaçada, porém comunidade e diversos segmentos sociais vêm resistindo à remoção. Eles estudam também entrar com uma ação para questionar o convênio entre o Ministério do Esporte e a Prefeitura.

Com a valorização da área devido à construção da Vila do Pan, aumentou o interesse da especulação imobiliária e da Prefeitura, por isso a pressão e a força utilizadas. Das famílias cadastradas, apenas 39 negociaram acordo de indenização para saída, mas nem todas receberam. A grande maioria se recusa a receber os valores irrisórios oferecidos pela Prefeitura. Para os que moram de aluguel, a situação é ainda mais difícil, pois as negociações ocorreram apenas com os proprietários e a única opção oferecida para os inquilinos está sendo a retirada imediata do local.



MILÍCIA CONTRA O POVO.

Móveis foram arrancados das casas diante do olhar impotente da comunidade. A milícia de César Maia estava lá, para garantir a operação

Prefeitura a serviço da especulação imobiliária

Segundo o assessor técnico do gabinete do vereador Eliomar Coelho (PSOL), Jorge Borges, a Prefeitura se valeu também de laudo sobre “risco ambiental” para liberar o terreno da construtora Agenco para que o projeto da Vila Pan-Americana seja concluído. O local, que fica ao lado, da Comunidade do Canal do Anil, faz parte do terreno da Vila do Pan, onde há previsão de ser construído um Centro de Convenções, um estacionamento e uma “área de reserva imobiliária”, segundo o próprio estudo e relatório de impacto ambiental do empreendimento registrado na Feema.

“Os recursos do governo federal são oriundos de um convênio fraudulento entre o Ministério do Esporte e a própria Prefeitura. O

convênio previu a remoção sem negociação com a comunidade, sem a apresentação pública dos projetos e em total desrespeito ao Estatuto das Cidades e à Lei Orgânica do Município, entre outras leis. Em audiência pública realizada na Câmara Municipal, o representante do Ministério do Esporte afirmou categoricamente que não haveria um centavo do convênio para remoção de famílias. Em várias reuniões da representação da comunidade com o secretário municipal do Habitat, Luiz Humberto, ele sempre se negou a apresentar dados concretos, limitando-se a fazer discursos evasivos e “tranquilizadores” para tentar desmobilizar a comunidade”, acusa Jorge Borges.

Crise na OAB põe em dúvida papel da entidade

Afastamento de advogado provoca renúncia coletiva na Comissão de Direitos Humanos da Ordem

O advogado João Tancredo, ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (CDH-OAB/RJ), exonerado no dia 18 de julho, afirma que seu afastamento se deu por questões políticas.

Para ele, a Ordem está seguindo uma política de alinhamento de discurso com o governo. Imediatamente após o anúncio da exoneração, 41 membros do CDH pediram renúncia coletiva em apoio a João Tancredo e contra a arbi-

triedade cometida, além de outros quatro, que renunciaram diretamente.

No dia da exoneração, João Tancredo estava apresentando ao Ministério Público denúncia formal sobre as suspeitas de execu-

ção de civis pela polícia no Complexo do Alemão. O laudo do perito apontava para sinais de execução sumária, morte a facadas e destruição de provas. “A presidência da OAB enviou o comunicado de exoneração à imprensa e ao

meu escritório ao mesmo tempo. Eu tinha acabado de entregar a denúncia. Essa foi uma tentativa desleal de invalidar a representação da Comissão junto ao Ministério Público”, disse o advogado.